

Trabalho



ARTIGO

João Carlos Gonçalves
(Juruna)
Secretário-geral da
Força Sindical

Sobre a terceirização e a correlação de forças!

A terceirização não é fato que está sendo criado. Ela é regulamentada apenas por uma súmula, a 331, do TST. Não existe legislação específica, e esta situação atinge mais de doze milhões de trabalhadores brasileiros.

Depois de dez anos engavetado este tema foi finalmente votado no Congresso Nacional, e o fato desencadeou um grande debate na sociedade.

A bancada dos trabalhadores está longe de ser maioria no Congresso. A maioria dos deputados é representante dos empresários e ruralistas. Em um cenário como este, no que se refere à elaboração de leis, nós, trabalhadores, ficamos com pouca margem de ação.

O que fazer? Jogo de cena? Bater ou apanhar da polícia? Partir para o enfrentamento mesmo sabendo que, no fim, o resultado já pré-acordado entre o campo majoritário será aprovado do mesmo jeito?

Esse ritual pode até ficar bonito na capa do jornal, mas só isto não leva a nenhum resultado prático. Não melhora em nada a vida do trabalhador.

A Força Sindical, a UGT, a Nova Central e a CSB já realizaram inúmeras manifestações sobre este tema. Inclusive em unidade de ação com outras Centrais Sindicais brasileiras.

Mas, neste momento do jogo, a atitude mais realista, e que melhor vai assegurar os direitos dos trabalhadores, é buscar melhorar o Projeto de Lei (PL) 4.330 e regulamentar a vida de doze milhões de trabalhadores. Por isto as Centrais Sindicais estipularam três emendas que foram apresentadas pelo deputado Paulinho, do Solidariedade, e incorporadas no projeto a ser votado. Repito: poderíamos estar no enfrentamento com a polícia e dizendo não ao PL 4.330. Ai sairíamos bem na foto, como "combativos", mas preferimos fazer o que é mais difícil e, ao mesmo tempo, mais produtivo: buscar todos os meios possíveis para melhorar o Projeto de Lei.

SINDICALIZE-SE



PARTICIPE DO SEU SINDICATO!

TERCEIRIZAÇÃO



Miguel Torres,
presidente da Força
Sindical e do Sindicato
dos Metalúrgicos de São
Paulo, Mogi e Região

“Nossa luta garante direitos dos terceirizados”

Nesta entrevista, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, explica a luta para ampliar conquistas no Projeto de Terceirização, aprovado na Câmara dos Deputados, e as emendas do deputado Paulinho da Força, que garante os direitos dos terceirizados.

Qual sua avaliação sobre o Projeto da Terceirização aprovado na Câmara?

Miguel Torres – Aceitamos negociar o Projeto de Lei que regulamenta o processo de terceirização. Sabemos que no Congresso, conservador, o projeto iria passar, e o que lutamos para garantir foi a representação sindical e direitos para os terceirizados. Tínhamos, no caso, duas opções: a via fácil, ou seja, ser totalmente contrários, perder no Congresso e jogar a culpa no conservadorismo. A segunda, pela qual nós optamos, foi a de tentar interferir e garantir direitos dos terceirizados, além da representação sindical.

Quais foram as conquistas?

Miguel Torres – Com a nossa luta, a mudança vai igualar direitos entre terceirizados e contratados, instituir a responsabilidade subsidiária e solidária (se a empresa terceirizada não pagar, a empresa contratante tem de arcar com a conta), assegurar a representação sindical dos trabalhadores nas negociações entre a empresa fornecedora de mão de obra e a contratante, garantir que a empresa só possa terceirizar para outra companhia da mesma categoria econômica e ga-

rantir que os empregados sejam representados pelo Sindicato correspondente a essa categoria profissional.

Ocorreram avanços na parte dos trabalhadores?

Miguel Torres – Sim, muitos. Existem hoje, no Brasil, mais de doze milhões de trabalhadores terceirizados, que não têm qualquer garantia de direitos trabalhistas e que nem sequer sabem de quem cobrar seus direitos quando demitidos. É o que está acontecendo, por exemplo, com os funcionários que trabalhavam para as subempresas da Petrobras.

É importante lembrar que este projeto havia onze anos que estava na Câmara dos Deputados. O projeto original, do ex-deputado Sandro Mabel, foi apresentado em 2004, e praticamente liberava a terceirização sem qualquer ônus para os empregadores. Ao longo destes últimos dez anos o Projeto recebeu inúmeras emendas, e foi sendo modificado. Depois de muita pressão e luta, conseguimos avançar. A atuação do deputado Paulinho da Força foi fundamental para avançar e garantir conquistas.

Quais foram as emendas?

Miguel Torres – O deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, presidente nacional do Solidariedade, apresentou quatro emendas ao Projeto de Lei que regulamenta a terceirização nos Contratos de Trabalho. As emendas foram discutidas com as Centrais Sindicais e teve apoio da UGT, Nova Central e CSB. As emendas negociadas pelo Paulinho garantem que os trabalhadores contratados por empresas terceirizadas recebam os mesmos direitos dos empregados diretos. Agora, o contratante terá de recolher Fundo de Garantia, INSS, 13º salário e outros benefícios dos funcionários das empresas terceirizadas. A empresa contratada terá de exercer uma atividade específica e não poderá ser apenas fornecedora de mão de obra. E quando os trabalhadores da contratada pertencerem ao mesmo tipo de atividade econômica, eles serão representados pelo mesmo Sindicato dos trabalhadores da contratante, e terão direito à mesma Convenção Coletiva.

Os críticos afirmam que as empresas vão demitir e contratar terceirizados. É isso mesmo?

Miguel Torres – É bom esclarecer que o relator colocou um artigo para evitar a demissão de funcionários por uma empresa para que fossem recontratados como pessoas jurídicas (PJs), com menos direitos trabalhistas, prática conhecida como “pejotização”, e acrescentou que uma empresa não pode contratar uma terceirizada que tenha entre os sócios alguém que prestou serviços à contratante, com ou sem vínculo empregatício, nos últimos 24 meses.

Agora o projeto vai para apreciação do Senado?

Miguel Torres – Antes, a Câmara, já nos próximos dias, vai analisar os destaques e enviar para o Senado. Vamos continuar nossa vigilância na Câmara, com os sindicalistas fazendo corpo a corpo com os parlamentares visando sensibilizar e esclarecer sobre a necessidade de votar e garantir os avanços conquistados.